

Diversidade ou hegemonia de grupos sociais? A literatura feminina nos acervos custodiados pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa¹

Bruna Pimentel Lopes Universidade de Brasília, DF, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-5988-5582>
bpimentelopes@gmail.com

Georgete Medleg Rodrigues Universidade de Brasília, DF, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-6446-6171>
georgete@unb.br

Maria Leandra Bizello Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, SP, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-6009-2635>
mleandra23@marilia.unesp.br

Resumo Estudos recentes demonstram que, apesar da ampliação do mercado editorial nos últimos anos, o campo literário brasileiro ainda é extremamente homogêneo. Do ponto de vista arquivístico, isso se reflete, por exemplo, na realidade do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, órgão vinculado à Fundação Casa de Rui Barbosa, onde são custodiados majoritariamente acervos cujos titulares são do sexo masculino. Este artigo tem como objetivo mapear as informações sobre os arquivos literários femininos custodiados pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, identificando o perfil das titulares desses acervos: suas origens, profissão, raça e vínculos com outros titulares de arquivos custodiados pela entidade. Os procedimentos metodológicos consistiram na coleta de dados, com pesquisa documental realizada no Guia do Acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, complementada com outros registros disponibilizados no site da instituição. Constatou-se que as titulares dos acervos têm um perfil bastante semelhante, isto é, são mulheres brancas, nascidas, em sua maioria, entre as décadas de 1930 e 1940, em estados do Sudeste do Brasil, e atuaram como jornalistas ao longo de sua carreira. Esses aspectos evidenciam a necessidade da elaboração de políticas de acervo mais plurais, considerando não apenas as desigualdades de gênero, mas também as diversidades sociais, étnicas e culturais.

Palavras-chave Arquivos femininos. Arquivos literários. Arquivos pessoais. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Diversity or hegemony of social groups? Women's literature in the archives held by the Fundação Casa de Rui Barbosa's Arquivo-Museu de Literatura Brasileira

Abstract Despite the recent growth of the publishing market, recent studies show that the Brazilian literary field still is extremely homogenous. From the archiving point of view, this is seen, for instance, in the context of Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, administrated by Fundação Casa de Rui Barbosa, whose collections in custody pertain mostly to male authors. This paper aims to gather information on the female literary archives in custody in Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, identifying the profile of such collections' authors: their origins, profession, race, and connections to other authors whose collections are also in Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. The methods used consisted of data collection, with documental research on Arquivo-Museu de Literatura Brasileira's

¹ Parte deste artigo foi apresentado, como resumo expandido, no "I Seminário Internacional de Arquivos Pessoais: debates contemporâneos", ocorrido entre 28 de março e 1º de abril de 2022, organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o apoio do *International Council on Archives* (ICA).

Collection Guide, complemented with other records available at the institution's website. The investigation found a very similar profile among the female collections' authors, i.e., they are white women, mostly born between 1930 and 1940 decades, from Brazilian Southeastern states, having worked as journalists throughout their career. Such aspects highlight the need for a more plural archive policy, considering not only gender inequality, but also social, ethnic, and cultural diversities.

Keywords Female archives. Literary archives. Personal archives. Fundação Casa de Rui Barbosa's Arquivo-Museu de Literatura Brasileira.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 16/11/2022
Aprovado em 10/04/2023
Publicado em 07/08/2023

1 INTRODUÇÃO

Após quinze anos de pesquisa sobre *para quem e sobre quem* escrevem os escritores de romances e contos brasileiros entre o final do século XX e o início do século XXI, constatou-se pela pesquisadora Regina Dalcastagnè que esse tipo de narrativa tem privilegiado um espaço social restrito, composto por personagens, em sua maioria, brancos, do sexo masculino e das classes médias. De acordo com o estudo, o perfil dos autores brasileiros também é bastante homogêneo – um grupo composto por homens, brancos, heterossexuais, de meia-idade, que vivem no Sudeste brasileiro (DALCASTAGNÈ, 2012a).

Numa perspectiva histórica, o monopólio masculino na literatura já havia sido denunciado por Virginia Woolf (1882-1941), no clássico *Um teto todo seu*, publicado na década de 1920. Na época, relatou-se pela escritora inglesa que, ao visitar bibliotecas inglesas procurou-se títulos escritos por mulheres, havia um número irrisório dessa produção. A escritora atribuiu o fato à profunda misoginia da época, que não cansava de afirmar a inferioridade mental, moral e física do gênero feminino (DUARTE, 2009).

Apesar de Virginia Woolf falar de outro lugar e de um outro tempo, para Zukoski (2020) as dificuldades apontadas pela autora não foram totalmente superadas, mesmo com os avanços proporcionados pela luta dos movimentos feministas. Segundo a autora, atualmente a hegemonia masculina ainda é uma realidade no campo da literatura, uma vez que, embora a autoria feminina esteja sendo discutida, falta estímulo à produção, bem como são escassas as oportunidades de publicação e divulgação dos seus escritos (CASARIN, 2021; JOB, 2015).

Destaca-se também que as complexas relações históricas e sociais relacionadas ao reconhecimento e à visibilidade da autoria feminina tiveram impacto em outros contextos. Não se pode estranhar, por exemplo, a ausência de fontes sobre essas mulheres no âmbito dos arquivos. De acordo com a pesquisa realizada por Duarte (2009) – cujo objetivo era resgatar a trajetória de

autoras brasileiras do passado –, “para cada escritora encontrada, outras, muitas outras sucumbiam no silêncio. A censura e a repressão trabalham juntas para destruir o arquivo, antes mesmo de tê-lo produzido” (DUARTE, 2009, p. 14).

Com o objetivo de contribuir para os debates a respeito da representatividade das mulheres em instituições arquivísticas e sobre as políticas de preservação da memória, este artigo, parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, tem como objetivo levantar as informações sobre os arquivos literários femininos custodiados pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), de modo a traçar o perfil das titulares desses acervos, investigando sua origem, profissão, raça e vínculo com outros titulares de acervos custodiados pela instituição.

Organizou-se este artigo da seguinte forma: após a introdução, apresenta-se o referencial teórico, composto por sínteses sobre os arquivos literários e a sua ligação com as questões de gênero. Na sequência, descreve-se o percurso metodológico que conduz aos resultados da pesquisa. Em seguida, realiza-se a discussão desses resultados e, por fim, as considerações finais.

2 AS INTERSECÇÕES ENTRE ARQUIVOS, GÊNERO E LITERATURA

Nos últimos anos pode-se observar um interesse crescente pela custódia e preservação de arquivos pessoais por entidades públicas e privadas. Trata-se de um movimento acompanhado de processos de desterritorialização e reterritorialização dos acervos, uma vez que a partir dessas atividades há o deslocamento da documentação de um ambiente doméstico para o espaço público das instituições de guarda (MARQUES, 2015).

Para além do entendimento de que esses acervos correspondem aos arquivos de pessoas físicas (ARQUIVO NACIONAL, 2005), entende-se que os arquivos pessoais correspondem a um conjunto de documentos relacionados à vida, à obra e às atividades de um indivíduo, isto é, aos registros produzidos, ou recebidos, e mantidos por pessoas físicas, como resultado das atividades e das funções sociais que desempenharam ao longo de sua vida (BELLOTTO, 2006; OLIVEIRA, 2012).

Buscando estreitar o conceito de arquivos pessoais para fins de organização arquivística e de pesquisa histórica, Bellotto (2006) define esses acervos como o conjunto de documentos resultantes da vida e obra de indivíduos cuja maneira de pensar, agir e viver possam ser de interesse para os estudos nas respectivas áreas em que atuaram – estadistas, políticos, cientistas, escritores, artistas etc. –, pessoas detentoras de informações inéditas que, se divulgadas para a

comunidade científica e para a sociedade, poderão trazer à luz novos fatos e, logo, novas possibilidades de interpretação, para as ciências e para a arte, por exemplo.

No caso dos arquivos pessoais de escritores, Reinaldo Marques (2015) defende que esses conjuntos documentais se referem aos acervos produzidos segundo interesses e critérios particulares de seus titulares e estão essencialmente localizados em âmbito privado. O arquivo literário, em sua concepção, diz respeito aos arquivos de escritores que migram para centros de documentação, universidades, fundações, e tornam-se potencialmente disponíveis para consulta e pesquisa. Potencialmente, porque, quando doados, o doador pode impor restrições de acesso.

Compreende-se, assim como Oliveira (1992), que é necessário adotar uma definição que seja aplicável aonde quer que o arquivo literário esteja armazenado ou a quem quer que ele pertença ou venha a pertencer. Portanto, entende-se que esses acervos correspondem a uma categoria dos arquivos pessoais, ou seja, trata-se de um tipo de acervo documental produzido a partir das atividades cívicas e culturais de determinada pessoa, bem como por sua respectiva obra manuscrita ou equivalente e pelos registros que por essas pessoas foram recebidos e acumulados. Nesse sentido, o valor científico, social e histórico dos arquivos literários reside no fato de que esses acervos são compostos por materiais diversos que permitem a reconstrução da trajetória de vida dos escritores, bem como a compreensão de sua obra a partir de um ponto de vista cronológico, temático e editorial (OLIVEIRA, 1992).

De acordo com Marques (2015), ao pensarmos na configuração dos arquivos literários, não podemos deixar de situá-los no contexto geral dos arquivos, especialmente nas relações entre as instituições arquivísticas e o Estado moderno, pois, nos lembra o autor, é com o advento do Estado-nação que foram criadas diversas entidades nacionais, como o arquivo, a biblioteca e o museu.

Esse processo, que remonta à fundação do Arquivo Nacional da França em 1789, potencializou a centralização das instituições arquivísticas e a produção dos arquivos nacionais, viabilizando a criação de uma imagem una e coesa da nação (MARQUES, 2015). Segundo Cabral (2019, p. 290),

[...] os arquivos e a Arquivologia surgem atreladas [sic] ao mito fundador dos Estados nacionais, ou seja, estão intimamente ligados ao (pátrio) poder. E, como sugere a palavra entre parênteses, que tem a mesma raiz de patriarcado, a autoridade e o poder são atributos do homem, do masculino, da virilidade.

Nessa perspectiva, para Cabral (2019), a Arquivologia foi inaugurada sob viés do cientificismo, do historicismo e do positivismo, escolas de pensamento que recaem justamente sobre o poder, privilegiando as narrativas sobre os feitos dos grandes homens e suas guerras.

Nesse contexto, o espaço destinado ao feminino é, quando muito, o ambiente privado e do lar, locais onde não há estímulo para a produção e preservação de documentos.

Nascimento e Oliveira (2019, p. 263) também afirmam que o “surgimento dos arquivos tem um entrelaçamento com o surgimento da escrita e das sociedades patriarcais, na qual [sic] os portadores e transmissores dos valores eram/são os homens”. Segundo as autoras, apesar da evolução da Arquivologia, “a decisão sobre o que tornar visível nas representações arquivísticas, sejam aqueles julgados merecedores de lembrança por sua posição de poder, sejam os que à primeira vista não mereciam destaque, é um debate ainda em curso” (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2019, p. 264).

Com o intuito de analisar a representação da informação nos arquivos públicos brasileiros, especificamente em relação à participação da mulher em dois acontecimentos históricos no país – a Escravatura e a luta pelo voto feminino – Nascimento e Oliveira (2019) constataram que há poucos fundos/coleções com denominação de mulheres, indicando que, apesar de as mulheres estarem presentes em acontecimentos importantes da vida social brasileira, os registros sobre essas atividades são pouco visíveis e permanecem camuflados.

Nesse sentido, tem-se assistido a reivindicações que exigem maior presença feminina em várias áreas, reclamando a sua visibilidade e o reconhecimento do seu passado e de sua influência nos contextos sociais e cívicos. Trata-se de um movimento que ganhou força a partir da segunda metade do século XX, questionando, inclusive, as convenções sociais, e não desprezou o espaço dos arquivos, bibliotecas e museus (VAQUINHAS, 2021).

No contexto português, Vaquinhas (2021) destaca que, embora os acervos privados femininos sejam preservados em número escasso em instituições arquivísticas, há diversas fontes que podem ser utilizadas nos estudos históricos sobre as mulheres e o gênero feminino. Segundo a autora, os arquivos tradicionais são ricos em registros escritos sobre as mulheres, isto é, a questão não é a escassez de informações, mas sim o desinteresse de que esses dados sejam o foco da historiografia oficial.

Ainda de acordo com a autora, uma das dificuldades para o uso desses dados é a dispersão de informações, que nem sempre são facilmente acessíveis ao pesquisador. Na concepção da autora, trata-se do “silêncio dos documentos”, expressão que aponta a ausência das mulheres ou a sua ocultação parcial em relação à representatividade masculina nos relatos oficiais. Portanto, para Vaquinhas (2021, p. 442),

[...] a recuperação das mulheres como sujeito histórico exige, por conseguinte, uma leitura crítica das fontes e obriga a questionar as condições de sua produção, as convenções e o modo como essas representações foram construídas e impostas”.

A fim de analisar a realidade brasileira, realiza-se por Barros (2020) um mapeamento a respeito de acervos femininos com o intuito de verificar quantitativamente a presença de mulheres entre os titulares dos acervos. Os órgãos selecionados para a pesquisa foram o Programa de Arquivos Pessoais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV); o Arquivo de História e Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); o Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC); e o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Os dados obtidos podem ser observados na Tabela 1 – Mapeamento de Arquivos de Mulheres em Instituições Brasileiras:

Tabela 1 – Mapeamento de Arquivos de Mulheres em Instituições Brasileiras

Instituição Arquivística	Total de Fundos/Coleções	Número de Titulares Homens	Número de Titulares Mulheres
IEB	92	55	21
COC	116	83	9
MAST	42	35	7
CPDOC	223	199	14
TOTAL	473	372	51

Fonte: BARROS, 2020.

Além da clara desproporção sob o ponto de vista de gênero, especificamente sobre o caso do IEB há outra peculiaridade. Ribas (2020) afirma que, em relação aos 40 arquivos pessoais incorporados ao acervo da instituição, 10 deles são de casais. Portanto, nas palavras da autora, cabe-nos questionar: “estariam tais mulheres presentes no panteão de acervos notórios que o IEB coleciona, se não fossem os seus maridos?” (RIBAS, 2020, p. 11).

Mais recentemente, Lopes (2022) analisa quantitativa e qualitativamente a presença de mulheres no acervo custodiado pelo Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Nacional de Artes (CEDOC/Funarte). Segundo a autora, embora em menor número quando comparados aos titulares masculinos, a instituição detém uma grande quantidade de conjuntos documentais produzidos por mulheres. No que se refere ao perfil dessas titulares, Lopes (2022) afirma que é

inviável pensarmos em formação e desenvolvimento de acervos sem realizarmos articulações com as devidas linguagens artísticas, locus em que se dá a produção dos documentos. Quando o propósito é pensar em estratégias que ensejem uma representação igualitária de gênero, é primordial analisar como essas agentes se situam em seus respectivos campos e quais as principais limitações que lhes são impostas (LOPES, 2022, p. 322).

Sob a ótica da literatura, até o início do século passado as publicações de autoria feminina ainda eram recebidas com descaso e, por isso, muitas escritoras costumavam utilizar pseudônimos – como é o caso de Charlotte Brontë, autora do romance *Jane Eyre*, publicado em 1847 sob o pseudônimo Currer Bell (DUARTE, 2009; ZUKOSKI, 2020).

Numa perspectiva de raça, naquela época a produção e difusão de obras eram realizadas de maneira bastante hostil contra as escritoras brancas. Porém, a situação de mulheres negras, indígenas e que pertenciam a outros grupos minoritários era ainda mais complexa, tendo em vista as diversas formas de opressão que recaíam sobre essas minorias. Portanto, se para escritoras brancas já era difícil escrever e publicar, para as mulheres de outros grupos minoritários isso se tornava ainda mais complexo (ZUKOSKI, 2020).

No escopo institucional, a criação das Academias Nacionais de Letras e das Bibliotecas Nacionais consagrou autores que legitimavam as narrativas nacionais e possibilitavam a acumulação do saber letrado produzido especialmente sobre a nação (MARQUES, 2015). Considerando os aspectos de gênero, essa lógica reverbera até hoje, uma vez que, segundo os dados publicados por Monteiro (2019), dos 160 arquivos pessoais e coleções de manuscritos custodiados pela Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional brasileira, 87% foram produzidos/coleccionados por homens, e apenas 13% por mulheres.

No caso da Academia Brasileira de Letras (ABL), fundada em 1897, a entidade manteve-se incólume à presença feminina até 1976, quando seu regimento interno foi alterado, permitindo às mulheres a possibilidade de candidatura. Quase cinquenta anos depois, a atriz Fernanda Montenegro (1929-) foi a nona mulher² eleita para a ABL ao longo dos mais de 120 anos de história da Academia (FANINI, 2010; BERNARDO, 2021).

Desse modo, apesar de a literatura feminina brasileira ter tido grande repercussão com as publicações de autoras como Clarice Lispector (1920-1977); Lygia Fagundes Telles (1923-2022); Rachel de Queiroz (1910-2003) e Cecília Meireles (1901-1964), ainda é frequente o questionamento se essas e tantas outras autoras receberam o devido reconhecimento e até que ponto a sua condição biológica contribuiu para que o seu trabalho como escritora fosse aceito ou negado pela sociedade (ESSER, 2014).

Ainda de acordo com Dalcastagnè (2012a; 2012b), o campo literário brasileiro ainda é bastante homogêneo, uma vez que os autores que ocupam os espaços de publicação – livrarias,

² “Antes dela, tornaram-se imortais Rachel de Queiroz (1977), Dinah Silveira de Queiroz (1980), Lygia Fagundes Telles (1985), Nélide Piñon (1989), Zélia Gattai (2001), Ana Maria Machado (2003), Cleonice Berardinelli (2009) e Rosiska Darcy de Oliveira (2013)” (BERNARDO, 2021).

bibliotecas, resenhas de jornais e revistas, listas de premiados nos concursos literários etc. – têm um perfil semelhante: vivem nas mesmas cidades, pertencem às mesmas classes sociais, exercem as mesmas profissões e têm as mesmas características quanto à cor e ao gênero.

Observa-se, assim como Heymann (2020), que a baixa representatividade dessas escritoras nas instituições arquivísticas pode ser reflexo da presença minoritária das mulheres na vida pública. Segundo a pesquisadora, o menor número de arquivos femininos nas instituições também parece refletir as políticas de aquisições de acervo nas instituições, que naturalmente priorizam titulares que tiveram atuação mais destacada nos seus respectivos campos de atuação.

Ressalta-se que a Arquivologia ainda se apresenta como uma área de estudo demasiadamente técnica e há até pouco tempo não se dedicava às discussões a respeito das diversidades étnicas, raciais, regionais e de gênero. Isso pode ser percebido nos instrumentos de pesquisa das instituições que detêm acervos arquivísticos que, muitas vezes, não conferem a devida visibilidade para as ações das mulheres, por exemplo (CABRAL, 2019; NASCIMENTO, 2020).

Tendo em vista essas discrepâncias, Vaquinhas (2021) indica a necessidade de os profissionais da área repensarem os modos de arquivamento dos acervos, considerando os aspectos de igualdade, de diversidade e de inclusão. A autora sugere, por exemplo, alterações nas políticas de aquisição de fundos documentais, integrando-se a perspectiva de gênero.

Visando discutir esses apagamentos, promover os conjuntos documentais *de* e *sobre* mulheres e refletir sobre os impactos dos estudos de gênero e do feminismo no contexto da Arquivologia, em 2020 foi criada a Rede Arquivos de Mulheres (RAM). A RAM reúne funcionários e pesquisadores de instituições de salvaguarda brasileiras, tais como o Arquivo Nacional (AN); o Instituto Moreira Salles (IMS); o CPDOC e o IEB (REDE ARQUIVOS DE MULHERES, 2022).

A RAM tem debatido sobre as diversidades de gênero relacionadas às assimetrias étnico-raciais e regionais em arquivos, bem como instigado as instituições arquivísticas a realizar mapeamentos das mulheres presentes em seus acervos e a repensar as metodologias de organização e tratamento de arquivos, fomentando maior visibilidade para as mulheres e para os documentos produzidos por elas por meio dos instrumentos de descrição. Como exemplo dessa mudança de postura, recentemente a equipe do CPDOC publicou a política de acervo da instituição³ utilizando o marcador de gênero em sua linha de definição geral (MONTEIRO *et al.*, 2019; CERCHIARO; ALVES, 2022).

³ Para maiores informações, acesse a Política de Acervo em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cpdoc/POLITICA_DE_ACERVO_DA_ESCOLA_DE_CIENCIAS_SOCIAIS_DA_FUNDA_CAO_GETULIO_VARGAS.pdf. Acesso em: 24 mar. 2022.

Nesse sentido, embora haja evidências de que a realidade esteja mudando, acha-se importante refletir sobre a representatividade das mulheres nos arquivos, especialmente no âmbito das instituições que detêm arquivos literários. Para tanto, na seção subsequente aos procedimentos metodológicos, debate-se a questão a partir da realidade do AMLB.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista metodológico, para este estudo utiliza-se uma abordagem qualitativa, procedendo à pesquisa documental que, conforme Payne & Payne (2004), refere-se às técnicas adotadas para identificar, categorizar, investigar e interpretar fontes mais comumente encontradas em documentos escritos, sejam públicos ou privados.

Nesse sentido, entre os meses de janeiro e março de 2022, coletou-se os dados a respeito dos arquivos literários custodiados pelo AMLB, especialmente com base nas informações que constam no Guia do Acervo e no site da instituição. A partir disso, verificou-se que, até o momento deste levantamento, a entidade custodiava 127 arquivos privados de escritores, e que um desses conjuntos documentais se refere ao fundo da Livraria José Olympio Editora, isto é, expressa as atividades da empresa integradas às ações do homem José Olympio Pereira (1902-1990). Por essa razão, desconsideramos esse conjunto em nosso universo de pesquisa (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012).

Portanto, para a coleta e análise de dados, examinou-se o total de 126 arquivos literários de homens e mulheres. Do ponto de vista de gênero, constatou-se que 107 desses acervos têm como titular escritores do sexo masculino e 19 do sexo feminino.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, realizou-se um levantamento acerca dos arquivos dessas escritoras, focando na coleta das seguintes informações: (a) nome da titular; (b) ano de nascimento; (c) ano de falecimento; (d) ano de aquisição do arquivo; (e) raça; (f) profissão; (g) país de nascimento; (h) estado de nascimento; e (i) vínculo com outros titulares do acervo. Destaca-se que as categorias aqui apresentadas não esgotam a plenitude de atividades exercidas por essas mulheres. Entretanto, para fins de análise, adotou-se alguns critérios como, por exemplo: indicar como prioritária a função mais proeminente e promotora de reconhecimento perante sua área e a função desempenhada à época da institucionalização do acervo.

Por fim, organizou-se os dados obtidos e os resultados da análise nos permitiram traçar, na medida do possível, o perfil das titulares dos arquivos literários custodiados pelo AMLB, tal como será apresentado na seção a seguir.

4 O CASO DO ARQUIVO-MUSEU DE LITERATURA BRASILEIRA

A constituição e preservação sistemática de arquivos literários foram tardias no contexto brasileiro. O incentivo para a criação de uma instituição que abrigasse documentos dessa natureza surgiu a partir de um apelo do escritor Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) que, em sua coluna no *Jornal do Brasil*, de 11 de julho de 1972, lamentou a falta de um museu de literatura no país (VASCONCELLOS, 2010).

O AMLB foi oficialmente instituído a partir da Portaria nº 5, de 18 de outubro de 1972, publicada no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*⁴ em dezembro do mesmo ano, tendo como propósito conservar, tratar e expor manuscritos e objetos que pertenceram a grandes personalidades do universo literário, integrando em seu acervo correspondências, obras literárias originais, documentos iconográficos e fonográficos etc. (SOPHIA, 2017).

Naquela época, o AMLB era dirigido por Plínio Doyle (1906-2000), que fez um pedido especial aos escritores: “para evitar que se perca ou se disperse a preciosa documentação da nossa história literária, mandem para a Casa de Rui Barbosa todo tipo de material que sirva à nossa finalidade específica” (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012, p. 10).

Ao longo dos anos o acervo cresceu, ganhou credibilidade e firmou-se como um centro de documentação reconhecido tanto no Brasil quanto no exterior, recebendo documentos de escritores como Lúcio Cardoso (1912-1968), Cruz e Souza (1861-1898), Clarice Lispector (1920-1977) e Cyro dos Anjos (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012).

Para Sophia (2017), o período compreendido entre 1972 – ano de criação do AMLB – e 2012 – ano de publicação do Guia de Acervo da instituição – foi caracterizado pela expansão das atividades e aprimoramento dos procedimentos técnicos da entidade, especialmente pela criação de instrumentos de pesquisa⁵, bem como pelo aumento de usuários atendidos.

4.1 Os arquivos literários femininos do AMLB

Conforme o objetivo deste artigo, qual seja, mapear as informações sobre os arquivos literários femininos custodiados pelo AMLB, os resultados quantitativos indicaram a pequena quantidade de acervos de mulheres na instituição: do total de 126 arquivos literários, apenas aproximadamente 15% são de titulares do sexo feminino. Isso traz um novo elemento aos debates

⁴ A Guanabara foi um estado do Brasil entre os anos de 1960 e 1975, que existiu no território correspondente à atual localização do município do Rio de Janeiro (BRASIL, 1960; 1974).

⁵ Guias, catálogos, inventários etc.

a respeito da diversidade de gênero no âmbito da Literatura e da Arquivologia (DALCASTAGNÈ, 2012a, 2012b; VAQUINHAS, 2021; LOPES, 2022).

Nesse sentido, destaca-se que a presença de arquivos de mulheres no AMLB pode ser notada desde a década de 1970, mais especificamente a partir da doação do acervo da escritora Clarice Lispector (1920-1977) em 1978, seis anos após a criação da instituição.

No que se refere ao perfil dessas mulheres, observa-se que 15 das escritoras titulares nasceram no século XX, sendo que 5 delas nasceram entre as décadas de 1930 e 1940. Nesse sentido, ressalta-se que alguns acervos foram doados em vida pelas titulares, e que há escritoras que ainda permanecem em atividade, como Tânia Serra (1950-) e Trudi Landau (1920-), conforme indicado no Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil das titulares dos arquivos literários do AMLB

Item	Titular	Ano de nascimento	Ano de falecimento	Ano de aquisição do arquivo
1	Adalgisa Nery	1905	1980	2007
2	Clarice Lispector	1920	1977	1978
3	Corina Coaracy	1859	1892	1996
4	Eugênia Álvaro Moreyra	1898	1948	2008
5	Isabel do Prado	NC	NC	1982
6	Judith Grossmann	1931	2015	1992
7	Julieta de Godoy Ladeira	1932	1997	1997
8	Maria Clara Machado	1921	2001	2006
9	Maria Helena Cardoso	1903	1997	1982
10	Maria Isabel Ferreira	1913	NC	NC
11	Maria Jacinta	1906	1994	1997
12	Maria José de Queirós	1936	-	NC
13	Maria Julieta Drummond de Andrade	1928	1987	NC
14	Marly Medalha	1934	NC	NC
15	Olga Savary	1933	2020	1981
16	Stella Leonardos	1923	-	1985
17	Tânia Serra	1950	-	NC
18	Tetrá de Tefé	NC	NC	1985
19	Trudi Landau	1920	-	NC

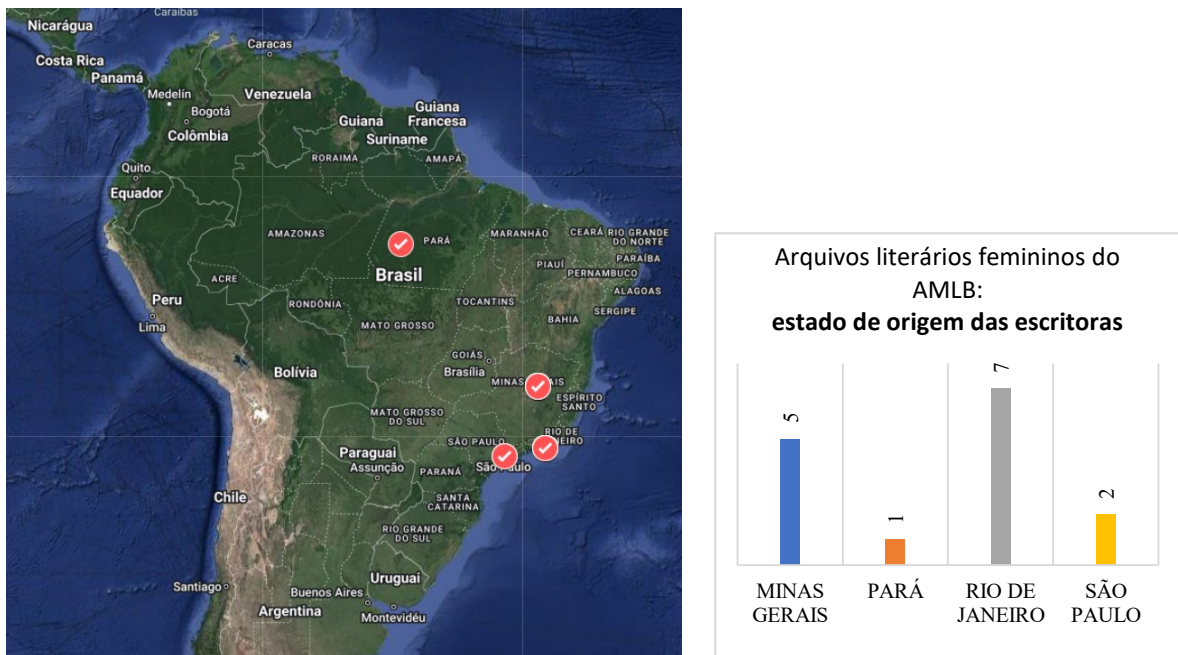
Legenda: NC: Os dados não foram localizados.

Fonte: Elaboração própria (2022).

No que se refere à origem dessas mulheres, não se identificou o local de nascimento da jornalista Isabel do Prado, amiga de Cecília Meireles (1901-1964). Verificou-se que três titulares eram de origem estrangeira, sendo elas: Clarice Lispector (1920-1977), nascida na Ucrânia, que chegou ao Recife (PE) com dois meses de idade; Corina Coaracy (1859-1892), americana e filha do jornalista brasileiro Carlos Francisco Alberto de Vivaldi; Trudi Landau (1920-), alemã, filha de família judia, com a qual emigrou para diversos países até chegar ao Brasil em 1946.

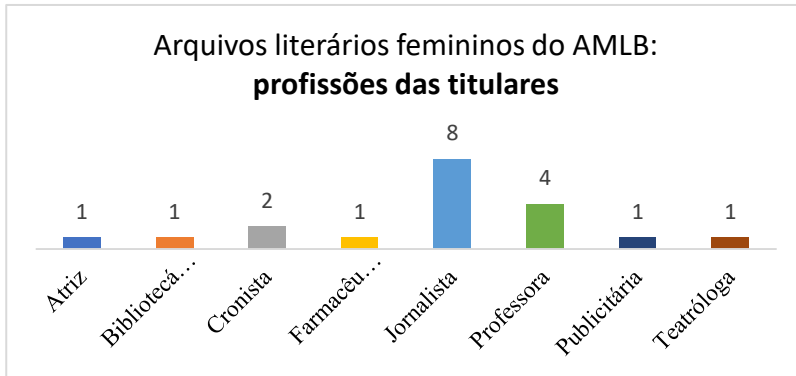
Quanto às demais titulares, somente Olga Salvary (1933-2020) nasceu na região Norte do país, mais especificamente no estado do Pará. As demais titulares têm origem nos estados da região do Sudeste brasileiro – Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (Figura 1) –, resultados que também podem trazer novas luzes para a literatura, especialmente para os debates desenvolvidos por Dalcastagnè (2012a, 2012b), Cabral (2019), Barros (2020), Vaquinhas (2021) e Lopes (2022).

Figura 1 – Arquivos literários femininos do AMLB: estado de origem das escritoras



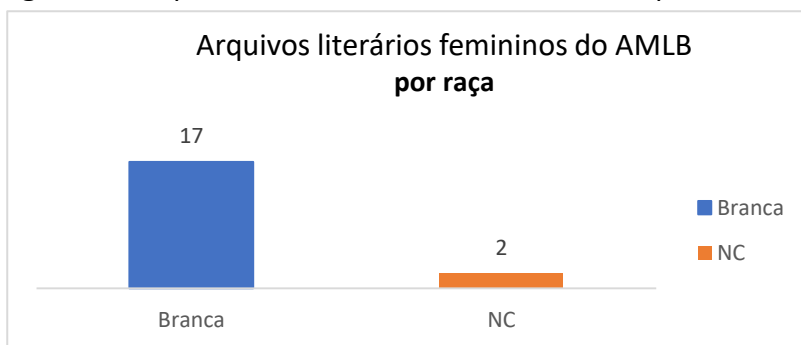
Fonte: Elaboração própria (2022).

No que concerne à profissão dessas mulheres, na Figura 2 há as funções assumidas pelas titulares dos arquivos literários femininos do AMLB. Verificou-se que a maioria das escritoras atuou também como jornalista, o que nos leva a considerar que, de alguma forma, elas estavam ligadas aos grupos sociais e intelectuais relacionados ao fazer literário.

Figura 2 – Arquivos literários femininos do AMLB: profissões das titulares

Fonte: Elaboração própria (2022).

Em relação ao quesito raça⁶, constatou-se que, conforme a Figura 3, a maioria das titulares pode ser considerada branca.

Figura 3 – Arquivos literários femininos do AMLB: quantitativo por raça⁷

Fonte: Elaboração própria (2022).

Quanto ao vínculo dessas mulheres com titulares de outros acervos custodiados pelo AMLB, verificou-se que cinco delas eram familiares – esposas, irmãos e filhas – de escritores que também têm arquivos literários custodiados pela instituição (Quadro 2). Esses dados parecem coincidir com a realidade dos arquivos pessoais custodiados pelo IEB, tal como apresentado por Ribas (2020).

⁶ Não localizamos os dados que evidenciassem a raça das escritoras Maria Isabel Ferreira (1913-) e Tânia Serra (1950-).

⁷ Os dados que não foram localizados em relação à raça constam na Figura 3 como “NC”.

Quadro 2 – Vínculo das escritoras com outros titulares do acervo do AMLB

Item	Titular	Vínculo
1	Corina Coaracy	Esposa de Visconti Coaraci
2	Eugênia Álvaro Moreyra	Esposa de Álvaro Moreyra
3	Julieta de Godoy Ladeira	Esposa de Osman Lins
4	Maria Helena Cardoso	Irmã de Lúcio Cardoso
5	Maria Julieta Drummond de Andrade	Filha de Carlos Drummond de Andrade

Fonte: Elaboração própria (2022).

Retomando o objetivo principal deste artigo – a saber, levantar as informações sobre os arquivos literários femininos custodiados pelo AMLB de modo a apresentar o perfil das titulares desses acervos a partir de informações como origem, profissão, raça e vínculo com outros titulares de arquivos custodiados pela entidade –, os achados desta pesquisa revelam que os arquivos literários femininos da instituição têm características bastante homogêneas.

Trata-se de mulheres brancas, em sua maioria jornalistas, nascidas no século passado e originárias de estados do Sudeste brasileiro: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Essas características podem ser consideradas um reflexo do campo literário do nosso país, com características que produzem um efeito de similitude desses autores em relação aos aspectos de gênero, classe social e naturalidade, por exemplo, corroborando a tese de Dalcastagnè (2012a, 2012b).

Uma parcela dessas escritoras tinha vínculos familiares com titulares de arquivos literários que também estão sendo custodiados pelo AMLB, o que nos leva a questionar não só até que ponto a incorporação desses acervos levou em conta somente a trajetória individual dessas mulheres, mas, sobretudo, se essas decisões se deram por uma coincidência ou por uma política ativa de incorporação de conjuntos documentais com essas características (RIBAS, 2020).

Recentemente, a FCRB publicou documentos em que constam as diretrizes para o gerenciamento e uso de acervos, bem como para a aquisição de acervos arquivísticos. Entre os critérios a serem adotados pela instituição observa-se que serão recebidos

preferencialmente arquivos e coleções privadas de políticos, educadores, historiadores, escritores, juristas, pensadores e literatos, ou de indivíduos ou famílias que tenham desenvolvido atividades que influenciaram a história e a cultura do país (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2015, p. 4).

Porém, não se verificou aspectos que possam evidenciar a adoção de medidas para reverter a baixa representatividade das mulheres mediante uma política ativa de prospecção de arquivos femininos e a aquisição de acervos de escritoras visando aspectos como a ampla diversidade

cultural e social, por exemplo, aspectos estes que vêm sendo cada vez mais debatidos (BARROS, 2020; VAQUINHAS, 2021; CERCHIARO, ALVES, 2022; LOPES, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo objetivou-se mapear as informações dos arquivos literários femininos custodiados pelo AMLB. A partir deste estudo buscou-se apresentar um panorama detalhado do perfil dessas mulheres, tendo em vista marcadores como origem, profissão, raça e vínculo com outros titulares de arquivos custodiados pela entidade.

Os resultados demonstraram que, além de o acervo do AMLB ser majoritariamente composto por acervos produzidos por homens, as titulares dos arquivos femininos possuem um perfil bastante homogêneo. São mulheres, em sua maioria, brancas, que atuaram como jornalistas e nasceram na região do Sudeste brasileiro. Além desses aspectos, há alguns casos de titulares que tinham vínculos familiares – como esposas, irmãs e filhas – com escritores que também têm arquivos literários custodiados pela instituição.

Os resultados indicaram também que, embora o Brasil seja marcado por uma diversidade social, a institucionalização dos arquivos literários no AMLB tem se dado a partir de uma perspectiva hegemônica, em detrimento principalmente dos grupos sociais historicamente excluídos por questões de raça, de classe social, de origem e de gênero.

Esses dados contribuem para o avanço da pesquisa nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação, uma vez que subsidiam as discussões a respeito da representatividade das mulheres em entidades custodiadoras de acervos documentais, sendo uma contribuição inicial para os debates sobre políticas de preservação da memória tendo em vista a valorização da diversidade de gênero, cor e raça. Como observado anteriormente, a forma de elaborar os instrumentos de pesquisa (guias, catálogos, inventários etc.) precisa ser repensada de forma a expressar a diversidade das informações contidas nos acervos.

No que se refere às implicações práticas, os resultados obtidos por esta pesquisa funcionam como um diagnóstico sobre os arquivos literários preservados pelo AMLB, abarcando, sobretudo, as características de alguns desses acervos. Nesse sentido, os gestores da instituição podem utilizar tais resultados para desenhar estratégias para a incorporação de novos arquivos literários na instituição.

Para futuras pesquisas, recomenda-se que sejam desenvolvidos estudos com o propósito de dar maior visibilidade aos arquivos literários femininos, analisando-se, por exemplo, os

instrumentos de pesquisa, verificando possíveis lacunas de informações nessas ferramentas, sobretudo nos casos em que há vínculos entre os homens e as mulheres que têm fundos custodiados pela mesma entidade. Analisar se ao longo do tempo as instituições adotaram diretrizes para incorporar acervos de titulares que possuem relações pessoais entre si, ou se essa característica se deu por coincidência, é igualmente importante.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARROS, Vitória Regina de. Mapeando arquivos pessoais brasileiros. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 13., 2020, Pernambuco. **Anais eletrônicos...** Pernambuco: ANPUH-PE, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1601828191_ARQUIVO_bbee1c89eaa2eba22dc9469640ff70e1.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

BELLOTTO, Heloisa. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERNARDO, André. Fernanda Montenegro é eleita para a ABL: conheça os bastidores da disputa pelo título de imortal. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 3 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59152974>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960. **Dita normas para a convocação da Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara e dá outras providências**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3752.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Lei complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. **Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios**. Brasília: Presidência da República, 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp20.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Considerações (feministas) sobre a temática de gênero nos arquivos e na Arquivologia. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês; ROMEIRO, Nathália Lima (org.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. 618p.

CASARIN, Jéssica. Literatura de autoria feminina contemporânea e resistência: o Mulherio das Letras. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 38, p. 308-322, 2021.

CERCHIARO, Marina Mazze; ALVES, Carolina. Mulheres, histórias e arquivos. **História e Cultura**, Franca-SP, v. 11, n. 1, jul. 2022.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Rio de Janeiro: UERJ, 2012a.

DALCASTAGNÈ, Regina. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. **Iberic@ – Revue d'études ibériques et ibéro-américaines**, Paris, v. 2, p. 13-18, 2012b.

DUARTE, Constância Lima. Arquivos de mulheres e mulheres anarquizadas: histórias de uma história mal contada. **Gênero**, Niterói, v. 9, n. 2, p. 11-17, 2009.

ESSER, Débora Cristina. Literatura de autoria feminina – mulheres em cena, na história e na memória. **Línguas & Letras**, Paraná, v. 15, n. 30, 2014.

FANINI, Michele Asmar. As mulheres e a Academia Brasileira de Letras. **História**, Franca, v. 29, n. 1, p. 345-367, 2010.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Diretrizes para a aquisição de acervos arquivísticos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Guia do acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

HEYMANN, Luciana Quillet. A invisibilidade dos arquivos femininos: entrevista com Luciana Quillet Heymann (Entrevista feita por Cristiane d'Avila). **Café História**: história feita com cliques, mar. 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-com-luciana-heyman/>.

JOB, Sandra Maria. Cãnone, feminismo, literatura: relações e implicações. **Revista Eletrônica Falas Breves: Literatura & Sociedade**, Breves-PA, v. 2, p. 59-61, fev. 2015.

LOPES, Caroline Cantanhede. Arquivos e coleções de mulheres no CEDOC/FUNARTE: um diagnóstico. **História e Cultura**: dossiê temático, Franca-SP, v. 11, n. 1, jul. 2022.

MARQUES, Reinaldo. **Arquivos literários**: teorias, histórias, desafios. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

MONTEIRO, Alessandra Nóbrega. *et al.* Arquivos pessoais de mulheres: a experiência da Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC). **Archeion Online**, João Pessoa, p. 73-84, 2019. Trabalho apresentado no IX Seminário de Saberes Arquivísticos, 2019, Coimbra, Portugal.

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do. **Desvendando o véu da opacidade**: a representação da mulher nos arquivos públicos brasileiros. 2020. 336 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do; OLIVEIRA, Eliane Braga. A representação da mulher nos arquivos. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima. (org.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. p. 263-286.

PAYNE, Geoff; PAYNE, Judy. **Key concepts in social research**. London: Sage Publications, 2004.

OLIVEIRA, Antonio Braz. Arquivística literária haec subtilis ars inveniendi. **Cadernos BAD**, Portugal, v. 2, p. 107-121, 1992.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoas. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

REDE ARQUIVOS DE MULHERES. **Sobre a RAM**. 2022. Disponível em: <https://redearquivosdemulh.wixsite.com/website-2/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 11 out. 2022.

RIBAS, Elisabete. Arquivos pessoais de casais: reflexões sobre sua classificação a partir do acervo do Arquivo do IEB-USP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1., 2020. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ARQ-SP, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/289048-arquivos-pessoais-de-casais--reflexoes-sobre-sua-classificacao/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

SOPHIA, Daniela Carvalho. O acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira: histórico, perfil e função. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1. 2017.

VAQUINHAS, Irene. Arquivos do feminino e o feminino nos arquivos: fontes, questões e metodologias (séculos XIX e XX). **O feminino nos arquivos**: abordagens e problematizações, Ponta Delgada, 2021.

VASCONCELLOS, Eliane. Manuscritos literários e pesquisa. **Letras de Hoje**, v. 45, n. 4, mar. 2010.

ZUKOSKI, Ana Maria Soares. A marginalização da escrita feminina: a trajetória de obstáculos enfrentados pelas escritoras. **Raído**, Dourados-MS, v. 14, n. 35, p. 77 – 91, maio/ago. 2020.

NOTAS DE AUTORIA

Bruna Pimentel Lopes

Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Biblioteconomia pela mesma instituição de ensino. Desde 2018 atua como Analista de Informações, Cultura e Desporto - Especialidade: Biblioteconomia na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, exercendo suas atividades profissionais na Biblioteca Mário de Andrade. Participa do grupo de pesquisa Estado, Informação e Sociedade (EIS). Possui interesse na área de Organização da Informação, atuando nos seguintes temas: memória, arquivos privados, arquivos pessoais, coleções pessoais, colecionismo.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/2370556328794256>

Georgete Medleg Rodrigues

Professora Associada 4 da Universidade de Brasília (Faculdade de Ciência da Informação/Curso de graduação em Arquivologia e Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (maio 2014 - agosto 2015). Diretora de Pós-Graduação do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília (2009 ? 2012). Professora Visitante Sênior no CNRS/Institut des Sciences Sociales du Politique /École Normale Supérieure (Dezembro 2019 - Março 2020) como bolsista da Capes no âmbito do Programa de Internacionalização Capes-Print. Pós-doutorado na Université de Paris X (Département de sciences juridiques, administratives et politiques/Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine - BDIC, Nanterre, França, 2008-2009). DEA (Diplôme d'Études Approfondies, 1992) e Doutorado (1998) em História Contemporânea, ambos pela Université de Paris (Paris IV - Sorbonne). Professora convidada da École Nationale des Chartes (Paris, fevereiro de 2011). Mestre em História pela Universidade de Brasília (1990). Graduada (Bacharelado) em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, 1982). Todas as titulações, exceto a graduação, foram financiadas com bolsa do CNPq, assim como o Pós-doutorado. Temas de interesse: Arquivos, Arquivologia, instituições arquivísticas e afins; Mediação cultural, comunicação e difusão de acervos; Políticas, legislação e outros dispositivos normativos de controle e disseminação de informações públicas e de proteção de dados pessoais; Dimensões conceituais e tecnológicas do documento de arquivo; Informação e Memória; Arquivos e Direitos humanos.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/3170566653824541>

Maria Leandra Bizello

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (1989), mestrado em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (1995), é doutora em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas; fez estágio doutoral na Sorbonne Nouvelle - Paris III (2006) sob orientação do Prof. Michel Marie; pós-doutora em Ciência da Informação pela Universidade do Porto - Porto - Portugal, onde desenvolveu o projeto Arquivo e Memória Científica: produção e avaliação de documentos no ambiente das universidades, sob a supervisão da profa. Fernanda Ribeiro. Atualmente é professora do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na UNESP, campus Marília. Tem experiência na área de História, Comunicação e Ciência da Informação, com ênfase em História, memória e imagens, atuando principalmente nos seguintes temas: história, memória, cinema, desenvolvimentismo, fotografia, gestão de documentos em universidades e memória científica.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/5460972179410597>